



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Três Passos

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Bem-Estar Social

Aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, foi realizada a audiência pública no Plenário da Câmara Municipal de Três Passos, às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, com o objetivo de discutir o projeto de lei nº 136, de 2025, que autoriza o Poder Executivo a adquirir imóveis de propriedade de Bom Plano Imóveis Ltda-ME, bem como da mensagem retificativa enviada pelo prefeito municipal, que altera o art. 2º da referida proposição. O presidente da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Bem-Estar Social - CCJ, vereador Flavio Habitzeiter, deu início à presente audiência pública, anunciando a presença do Prefeito Municipal em Exercício Rodrigo Alencar Bohn Glinke, do Procurador Geral do Município Carlaile Hörbe, e do Secretário Municipal de Desenvolvimento e Inovação Carton Cardoso, convocados para esta audiência. Em seguida, o presidente da CCJ apresentou a metologia a ser utilizada nesta audiência pública, no sentido de que as autoridades presentes terão o prazo de vinte minutos para fazer a sua apresentação sobre o PL nº 136/2025 e mensagem retificativa; que posteriormente os participantes da audiência poderão se manifestar pelo prazo de cinco minutos, cada um, mediante ordem de inscrição, limitado a dez oradores; que após isso, os vereadores terão direito a se manifestar, pelo prazo de cinco minutos cada um, sendo que não haverá aparte em todas as manifestações. O Prefeito em Exercício disse que o PL nº 136/2025 beneficiará muitas pessoas em nosso município; que o imóvel a ser adquirido será utilizado para implantação de lotes industriais, ampliação da área utilizada pela JBS, construção de uma nova creche, área habitacional e cascalheira. Argumentou que a demanda de alunos cresceu de 3.400 alunos para 3.800 alunos; que a empresa JBS emprega mais de 1.200 colaboradores, não considerando os terceirizados, gerando valores de retorno considerável de recursos ao nosso município, ou seja, equivale da 2ª à 21ª entrega ao município; que em 2020 a área passou a ser industrial, já legalizada. O Secretário de Desenvolvimento de Inovação disse que para o município crescer, é preciso tomar decisões corajosas, com ação e responsabilidade. Apresentou argumentos favoráveis ao PL nº 136/2025, destacando que é preciso fugir de laudos e entraves burocráticos; que haverá incubadora industrial e depósito comerciais; que haverá geração de mais moradias; que haverá área verde para estudos e trabalhos ambientais, como unidade de conservação. O Procurador Geral do Município disse que a aquisição da área da antiga empresa ADM, pela sua análise jurídica, com base na orientação técnica, é favorável, não havendo ilegalidade ou vício de constitucionalidade. Acrescentou que o PL nº 136/2025 representa a autorização legislativa para a compra do imóvel; que, em relação ao interesse público, o PL prevê utilização multifinalitária, estando caracterizado o interesse público, por proporcionar desenvolvimento econômico e geração de renda; planejamento urbano e territorial, constando no atual plano diretor como área industrial, alinhado com o Estatuto das Cidades; e geração direta e indireta de empregos. Após a manifestação das autoridades presentes, foi aberto o espaço para a população se manifestar,

conforme prévia inscrição, sendo que o Sr. Helder dos Santos, inscrito em 2º lugar, abriu mão do espaço. Assim, a primeira cidadã a falar foi Carla Rhoden, que se manifestou contrariamente ao PL nº 136/2025. Disse que não se instala uma área industrial próximo a residência, porque traz o movimento de caminhões ao centro da cidade. Questionou a área industrial em Padre Gonzales, por estar abandonada e sem investimentos; por que os edis contrários ao projeto de lei em 2023 agora são favoráveis; quais empresas estão inscritas para se instalar em área industrial. Argumentou que é preciso finalizar aos projetos inacabados, como a usina de asfalto; que é preciso incentivar as empresas já instaladas e o comércio local. A segunda cidadã a se manifestar foi Beatriz Vargas, posicionando-se favorável ao projeto de lei nº 136/2025. Enfatizou a importância de incentivos no setor agropecuário e industrial, de decisões corajosas e alinhadas com o futuro, como por exemplo o que ocorre com a FEICAP, da qual atualmente é presidente. Acrescentou que o povo quer mudança. A terceira pessoa a se manifestar foi Alvaro Schmitt que, representando a associação dos suinocultores, posicionou-se favoravelmente ao PL nº 136/2025, por trazer renda e desenvolvimento à nossa cidade. Lembrou do fechamento da empresa ADM, antiga proprietária do imóvel objeto do PL. Daniel Scherer, a quarta pessoa inscrita, favorável ao PL nº 136/2025, disse que é fácil criticar e não fazer nada, lembrando do fechamento da empresa ADM. Ressaltou que a empresa JBS não pode fechar, e que é preciso ter visão empreendedora. A quinta pessoa inscrita Elizandra Linck disse que não é contrária à administração municipal, mas sim contrária à aquisição pretendida por meio do PL nº 136/2025, pois considera de alto custo o que precisa depois ser investido no imóvel. Acrescentou que é preciso analisar bem a instalação de área industrial próximo à área residencial, com a questão do meio ambiente. Diana Klein, a sexta pessoa inscrita, disse que é contra o PL nº 136/2025, por representar um grande endividamento do município, mas não é contra o desenvolvimento. Ressaltou que é preciso pensar em saúde pública; que já existem áreas no nosso município a serem destinadas a indústrias; que é importante analisar a questão do barulho, bichos, e demais questões envolvendo áreas industriais próximas a áreas residenciais. Scharlini Silva, a sétima cidadã inscrita, disse que é contrária ao PL nº 136/2025, devido à incompatibilidade do local, como por exemplo o que ocorre com a empresa JBS devido ao mau cheiro frequente. Acrescentou o risco de acidentes com o movimento de caminhões. Disse que a empresa JBS não precisa de doação, porque é uma das mais poderosas do mundo. Questionou o uso da área de 8,5 hectares do Bairro Pindorama; o que será feito da área verde a ser adquirida; se tem ofício confirmado o intenção da empresa JBS. Disse que falta incentivo às pequenas empresas do nosso município. Marcio Althaus, o oitavo inscrito, disse que é contrário ao PL nº 136/2025, porque está se fazendo um empréstimo, do qual se pagará juros, e que não há outro comprador interessado na compra do imóvel. Clarice Mainardi, a nona inscrita, manifestou-se contrariamente ao PL nº 136/2025. Disse que os terrenos precisam de liberação da prefeitura, da Fepam e de outros órgãos. Referiu-se à orientação técnica do referido projeto de lei. Acrescentou que está se dando um cheque em branco à administração municipal; que é preciso aumentar a produção de suínos em nosso município, o que gera renda e desenvolvimento. Sugeriu que se comporte somente a área a ser destinada à empresa

JBS, e que a empresa compra a CLT, construindo uma creche. Eneias Dickel, o décimo inscrito, disse que nasceu e cresceu no Bairro Operário, sendo favorável ao PL nº 136/2025. Argumentou que é importante ter no bairro área de lazer e de esportes, bem como empresas próximas; que empresas instaladas trazem renda e desenvolvimento; que proporcionará o crescimento do Bairro Operário. Por fim, foi aberto o espaço aos vereadores se manifestarem, sendo que o primeiro a falar foi Diego Maciel, que apresentou, via projeção em tela, as imagens dos mapas das áreas constantes no PL nº 136/2025. Apresentou cinco propostas, sugerindo a aquisição de 4,5 hectares, ao valor de 4,5 milhões, como reserva para futura expansão da JBS; enquanto a JBS não expandir, usar o prédio da área como incubadora industrial; implantar a estrutura área industrial contígua à Latpassos com aproximadamente 45 lotes (3,6 hectares), com valor estimado de 2 milhões; implantar loteamento residencial no Bairro Santa Inês, com valor estimado de 1 milhão; comprar 4,5 hectares na margem da BR 468 ou RSC 472, por 4,5 milhões; Diego ressaltou que o valor total estimado destas propostas é de 14 milhões. Também falou das áreas que o município já possui, descrevendo-as. O vereador Dauri Morgenstern, como agricultor, salientou a importância do desenvolvimento em nosso município; que é preciso garantir a permanência da empresa JBS em Três Passos; que é favorável ao PL nº 136/2025 proporciona o desenvolvimento, geração de emprego e renda. O vereador Paulo Sattler disse que é favor da compra de quatro ou cinco hectares de terras para então garantir que a empresa JBS não vá embora de Três Passos. Acrescentou que em outras cidades, as empresas se instalaram fora da cidade, próximo à rodovia e não no centro da cidade. A vereadora Rosana Scherer referiu-se à logística e a importância de parcerias. Disse que a área a ser adquirida já tem licença industrial; que nada disso é por acaso; que o projeto foi pensado com responsabilidade, contendo previsão de lotes com 800m² para indústrias se instalarem. O vereador Sandro Radaelli disse que é preciso abrir as perimetrais. Questionou quanto tempo será preciso para liberar o uso da área a ser comprada, considerando que a área que hoje existe, em outro local, ainda não foi liberada. Argumentou que haverá barulho para a população; que é preciso instalar indústrias onde não vai gerar problemas à população. O vereador Luis da Silva disse que participou de uma reunião na sede da empresa JBS. Argumentou que o Bairro Operário necessita de uma creche, academia ao ar livre e posto de saúde, sendo reivindicações da comunidade. O vereador Luis Costa disse que em nosso município existem muitas indústrias pequenas; que mais de cem famílias que trabalham e tem filhos em creche, e pagam aluguel; que é favorável a este PL. O vereador Ingomar Sandtner argumentou que a demanda de aumento do número de crianças para creches demonstra o crescimento da nossa cidade; que o movimento de caminhões demonstra desenvolvimento na cidade; que é preciso investir em área industrial, a fim de gerar de emprego e renda, garantindo a permanência dos jovens em nosso município; que é preciso garantir a permanência da empresa JBS em nossa cidade. A vereadora Maria Helena Krummenauer disse que a área industrial representa emprego e geração de renda; que a empresa a JBS é a empresa que mais gera renda para Três Passos. Argumentou que o projeto de lei significa geração de empregos e sustentabilidade financeira. O vereador Osvaldir Urnau disse que esse recurso será um investimento

para o município; que o objetivo é que os recursos permaneçam no município, gerando emprego para que todos tenham uma vida digna. O vereador Flavio Habitzreiter disse que esteve na empresa JBS; que a empresa tem uma projeção, demonstrando a intenção do aumento da produção de abate. Argumentou que o município precisa investir para ter o retorno. Ao encerrar esta audiência pública, o presidente da CCJ ressaltou que a Câmara permanecerá disponível para recebimento de sugestões, por parte da comunidade, ao projeto de lei nº 136/2025 e mensagem retificativa, pelo prazo de quarenta e oito horas, podendo ser por escrito, via protocolo na secretaria desta Casa Legislativa, ou pelo endereço eletrônica (e-mail) da Câmara: camara@trespassos.rs.leg.br. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente audiência pública e lavrada a ata.

Presidente: Flavio Habitzreiter _____

Vice-Presidente: Dauri Morgenstern _____

Membro: Diego Maciel _____